

MÉTODO FÔNICO PARA ALFABETIZAR AJUSTA-SE AO MUNDO RESTRITO DO BOLSONARISMO, MAS HÁ OUTRAS POSSIBILIDADES.

Quando alguém repete incansavelmente que sua metodologia de pesquisa ou de trabalho resulta das revelações mais avançadas das ciências, coloquem um pé atrás e reflitam: por que a necessidade de dizer e repetir isso? Publicidade?! Forçada de barra para ocupar cargos políticos? Ou seria mesmo uma honesta isenção intelectual?

Do mesmo modo que os terraplanistas denunciam uma ciência predominante, que ocultou a grande e simples verdade, “a terra é plana”, os defensores do método fônico se valem da mesma retórica. Colocam-se como representantes das ciências médicas ditas mais avançadas, daquelas que usam tecnologias de ponta (ressonância magnética de *positron* – como gostam de citar!) e desse lugar tão paramentado polarizam fortemente com seus inimigos de sempre (construtivistas, sociointeracionistas, os que usam o conceito de letramento), num manejo discursivo sempre capitaneado pela repetição exaustiva de frases como “está cientificamente comprovado que...”, “estamos associados à verdadeira ciência”, “somos profissionais, os demais são amadores”, “seguimos o que se faz nos países de primeiro mundo” etc.

A estratégia discursiva, apesar da aparente sofisticação, acasala-se perfeitamente com a do Bolsonarismo, que tenta destruir antigas conquistas, alegando serem elas resultantes da velha política à qual se contrapõe, como se fosse possível colocar-se acima das ideologias e da História simplesmente se submetendo à política dominante - reparem no discurso de Paulo Guedes: chega a dizer que é ideológico se posicionar contra a Reforma da Previdência, alçando assim seu plano acima de qualquer suspeita, sob a égide da ciência econômica gestada pelos ultraliberais da escola de Chicago, que também são

ideologicamente rotulados de “fundamentalistas do livre mercado” – são tão ideológicos que são conhecidos como “fundamentalistas”. O mesmo se passa com Ricardo Velez, ministro da Educação, que em vez de apresentar um plano de governo para o seu mandato, preocupa-se mais em desestruturar o ministério, afirmando que tudo ali é ideológico, socialista, comunista, ateu etc. e, para exorcizar tudo, chama religiosos neopentecostais para ocupar os cargos executivos mais importantes, mesmo sabendo que eles não possuem formação e nem competência para tamanhos desafios.

Não há nada mais ideológico do que se pôr acima das ideologias. Não há nada mais anticientífico do que se auto indicar cientista da verdade completa ou da revelação divina - como Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC, que só entrou pra educação, segundo ele, em razão de um milagre operado por Santa Terezinha do Menino Jesus. Deve ter sido tão auspicioso o milagre, que ele chegou ao ministério sem ter experiência alguma em alfabetização de crianças nem em escolas particulares de médio porte e muito menos em redes públicas de ensino. A pouca experiência que trouxe foi da escolinha infantil de sua mãe, no entanto, já está pronto para repetir que a Metodologia Fônica é banhada por ciências de ponta e que os demais pesquisadores do Brasil, mesmo os que possuem grandes e longas experiências, são ideológicos e não científicos. De quebra, trouxe para a secretaria de formação de professores uma amiga, igualmente sem experiência. Triste constatar que alguém tão inexperiente ganhe espaços nas mídias para desacreditar pesquisas e trabalhos de muitas décadas.

Como especialista, com muitos anos de pesquisa e muita publicação na área, vou expor neste texto um pouco desse jogo do “Método fônico” desideologizado e apontar, com toda a minha ideologia, alguns caminhos possíveis para alfabetizar no chão do Brasil.

COM QUE MÉTODO ALFABETIZAR?

Bem, vamos imaginar que você tenha que alfabetizar um grupo de crianças, uma turma de 25 alunos com seis anos de idade. Você faz uma avaliação inicial (muito recomendável!) e percebe que algumas crianças já sabem ler até com certa fluência, que outras conseguem ler palavras com sílabas simples (consoante + vogal, como “batata”), outras conhecem as letras pelos seus nomes (efe, ge, a, bê etc.), mas não sabem como elas formam sílabas e nem desconfiam como se injetam nelas os sons e os sentidos da língua humana e, ainda mais um grupinho dos que sequer conhecem as letras de seu próprio nome. No mínimo, em todas as salas, você encontrará quatro grupos levando em conta só essas diferenças básicas em relação à escrita. Se levarmos em conta outros critérios mais pormenorizados - por exemplo, a capacidade de ouvir e recontar histórias, de memorizar palavras, de segmentar a sílaba inicial (Acrofonia), de identificar palavras-valise (quanto uma palavra comporta outra em seu corpo significante, por exemplo, caram**bola**) etc., esses grupos podem se desdobrar em seis, oito, dez. Como alfabetizar nesse contexto de tantas diferenças? O que posso fazer sozinho com turma tão heterogênea?

Homogeneizar tudo? Meter atividades pra todos entenderem juntos cada associação de cada fonema a cada letra do alfabeto? Levá-los a entender que a consoante é apenas um movimento físico que só soa se consoar com uma vogal? Fazer isso exaustivamente com a suspeita de que este ou aquele aluno, mesmo já sendo leitor, não se dá muito bem com as soletrações (como nos EUA, a *Spelling practice*)?

No lado apostado, também não seria opção tentar compreender o que eles já sabem e estrategicamente pôr todos num ambiente mais rico em situações favoráveis à descoberta da alfabetização e incentivar

que todos se interessem pela leitura e pela escrita e que descubram suas funções sociais e o funcionamento algorítmico das sílabas em geral? Dentro do mesmo processo, não seria possível também simplesmente pôr os alfabetizados com os não alfabetizados e estimular ali uma zona de desenvolvimento proximal (ZPD de Vygotsky) para ampliar as possibilidades do letramento?

Creio que, se você, professora¹, mesmo com ideologia, abrir olhos e ouvidos às singularidades que emergem no ato quente do ensino e da aprendizagem, acabará descobrindo que tanto um como o outro jeito de alfabetizar não dão conta da complexidade do processo. Perceberá que uma parte dos alunos parecem inacessíveis tanto a um como a outro e que as duas estratégias têm seus ruídos no funcionamento. A técnica que homogeneiza (Método Fônico), a despeito de levar certa vantagem no ensino em termos programático (é só aplicar o material didático), pode irritar os alunos que já sabem e fazê-los estagnar, além de, ao forçar a barra nas atividades de correlação fonema-grafema, formar alunos que até leem fluentemente, mas que não captam o sentido ou ainda, o que é mais comum, desmotivar ainda mais os desmotivados. Já o que considera a heterogeneidade, que respeita o que o aluno já sabe e tenta incentivá-lo a descobrir mais, pode, no meio dessa complexidade toda, ceder ao espontaneísmo, esperando que uma hora ou outra o aluno tenha um clique e descubra o funcionamento das sílabas simples e complexas, ou então, não perceber que a ZPD Vygotskyana tem seus claros limites. Tanto de uma perspectiva como de outra, se você não for fanática, *restritivista*², dessas que cultuam o “por princípio isso não pode”, vai perceber que terá que lidar com os dois processos, com os elementos menores, fonema, letra, formação das sílabas (simples e complexas)

¹ Em vez de subsumir o gênero feminino, aqui faço o contrário, pois nestes ciclos as mulheres constituem maioria.

² Conceito que cunhamos para designar metodologias e perspectivas educacionais que se afirmam a partir de uma oposição “isto pode”, “isto não pode”, independentemente do contexto e das avaliações já realizadas.

e ao mesmo tempo com os processos mais amplos e complexos, com os recursos advindos das relações que o mundo da oralidade e da leitura põem em jogo, que podem ser chamados de Letramento, literacia, contexto do aluno, universo da oralidade e da escrita etc. Mas, se você tiver consciência política e perceber o quanto se desdobra enlouquecidamente para dar conta de tanta heterogeneidade, vai se tocar que a política e certas linhas educacionais apregoadoras de método estão te fazendo de boba há muito tempo, pois não é possível (e isso nossa pesquisa garante!) alfabetizar todo mundo sozinha, ali no frenesi de uma luta inglória! Métodos e ou concepções se renovam, se altercam, se substituem, mas no final sobra sempre você, professora como culpada pelos percentuais negativos que aparecem nas avaliações.

VEJAMOS O QUE DAÍ PODE SE DESDOBRAR

O que acontece com o tal método fônico, que é, por definição, restritivista quando diante desses impasses? Seus defensores vão insistir em atividades explícitas e homogeneizadas de associação entre fonemas e letras, fiéis ao princípio de que para aprender a ler são necessárias duas fases, uma de treino esvaziado de sentido, apenas focando a mecânica das correlações fonema-grafema; outra de aproximação do sentido (reconhecer palavras na leitura, ler frases simples, períodos e textos, que seria a fase de compreender – ou seja, a primeira fase seria o ensino da leitura propriamente dito, pois para os fonocentristas ler é diferente de compreender, ler é conseguir produzir os sons humanos (mesmo que não tenham sentido) a partir de uma pauta gráfica. Se o aluno leu “batata” só com os sons, sem saber o que leu, já está ótimo, cumpriu a primeira fase. Na segunda, ele vai ser instado a associar o ato de ler ao de compreender. Tudo isso, voltando a repetir, é planejado pra todo mundo, mesmo que o aluno já saiba ler – lembre-se de que a isso chamamos **sujeito**

universal (neste caso, todo o material didático poderia ser importado dos EUA e adaptado, sem problemas).

Minha ideologia sustenta que o método fônico é uma espécie de revanchismo tardio dos embates metodológicos que ocorreram ao longo do século XX. Hoje, boa parte dos pesquisadores reconhece que lidar com os elementos menores da língua e da escrita é absolutamente necessário. O que deve ser condenado hoje são as **metodologias restritivist**, aquelas que acreditam que só há uma maneira infalível de alfabetizar, aquelas que se recusam a fazer síntese e a estudar a complexidade da realidade social e os efeitos das intervenções educativas sobre as singularidades. *Nesse sentido, método fônico e certo construtivismo radicalzinho são tal e qual!* Quem pesquisa, quem faz questão de trabalhar com dados da realidade brasileira sabe que essas posturas só atrapalham – só pra se ter uma ideia, até recentemente (início desta década) algumas funcionárias da rede estadual paulista e paulistana chegavam a proibir silabários em sala de aula como se estes fossem responsáveis pelo fracasso do construtivismo *radicalzinho* que aplicavam na rede pública – ah, proibiam também livros didáticos que traziam atividades com fonemas e sílabas (denuncio isso em meu livro “Oralidade e Alfabetização: uma nova abordagem do letramento”, Editora Cortez, 2013), algumas escolas chegaram a queimar montanhas de livros didáticos durante o governo Serra, pois os materiais vinham do PNLD, governo do PT. A mesma minha ideologia, que criticou o construtivismo, prevê que deverá acontecer processos semelhantes nas redes que irão se sujeitar à Metodologia Fônica. Seus educadores sofrerão restrições, serão obrigados a homogeneizar a pedagogia, a aplicar atividades fônicas à exaustão, independentemente do que seus alunos já conhecem. Aquele professor criativo, meio alquimista em suas misturas de ideias e métodos, que era capaz de mobilizar

seus alunos rumo a uma entrada tranquila e lúdica no universo da escrita, se não resistir, poderá estar com seus dias contados.

Nos financiamentos de pesquisa com certeza o fluxo irá para os que defendem o tal MF. Posso garantir que até então isso não acontecia nas agências de financiamento (CAPES, CNPQ, FAPESP). Eu mesmo, como professor universitário, elaborei vários pareceres favoráveis a pesquisadores que levavam em conta a ideologia fônica. Mas temo que a reciprocidade não acontecerá. A ideologia do MF é bastante restritivista e vem com furor, banindo o que se tinha antes (já dá pra ver isso nessas desastradas nomeações de Bolsonaro e de Velez e no tom irônico e desrespeitoso com que Nadalim tratou uma das grandes pesquisadoras da área de alfabetização, Magda Soares, em um de seus vídeos no Youtube).

Como sou ideológico, costumo tomar algumas precauções contra mim mesmo. Uma referência boa que peguei para considerar o poder heurístico desta ou daquela metodologia foi a conferência de consenso organizada na França pelo PIREF – Programme Inicatif de Recherche en Education et Formation (2003)³. Diferentemente do que a Câmara dos Deputados do Brasil fez em 2003⁴, quando convidou uma banca de fonocentristas para analisar a situação da alfabetização no Brasil, a conferência francesa buscou mais neutralidade, indicando inclusive pesquisadores de fora da área da alfabetização para atuar como pareceristas mais neutros. A missão seria recolher e analisar pesquisas, argumentos e dados para definir o que seria essencial para ensinar bem a leitura e a escrita.

A conclusão deve ter sido decepcionante para os fonocentristas. Os especialistas apenas condenaram práticas restritivistas, sugerindo

³ <http://www.cndp.fr/bienlire/01-actualite/c-en-parle06.asp>

⁴ https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/documentos-1/relatorio-de-atividades/Relat_Final.pdf

práticas mais heterogêneas. Republico aqui um trecho de um artigo que publiquei em 2006⁵, no qual resumo alguns trechos da conferência:

O resultado geral da conferência não foi a escolha de um método ou mesmo a eleição de atividades fônicas como centro do processo do ensino de leitura. Ao contrário, a recomendação dos especialistas é que se combine o trabalho sobre o código com atividades que resgatem o sentido e ainda sugerem muitas outras atividades sobre língua, compreensão e produção textual – deixam claro que o trabalho sobre o código é importante, mas não suficiente. O único método que é citado como não recomendável seria o "ideovisual, porque ele se recusa a trabalhar com a correspondência grafema-fonema" (PIREF, 2003. p. 3). Ainda assim, autores importantes nessa conferência, como Goigoux (2003), veem elementos positivos nessa concepção de Foucambert e comentam que, apesar de não ter sido utilizado na França de forma pura, exerceu influências positivas que estão presentes no próprio programa de 2002, que o rejeita (p.10-11).

Cansados de repetir, mas vamos lá novamente! Encaminhar uma política que vise de fato o enfrentamento da questão mais crucial da educação brasileira, as dificuldades de ensinar a leitura nas redes públicas, NÃO É MERA QUESTÃO DE ADOTAR ESTE OU AQUELE MÉTODO! Já caímos nessa esparrela com certo construtivismo enviesado em algumas redes públicas (a Paulista e a Paulistana são exemplos recentes). A ideia de uma metodologia única, com promessas mirabolantes, agrada sempre o político, o administrador, o dono da escola, pois se há um método milagreiro, a gestão não precisarão gastar verbas com reformulação das estruturas do ensino (cargos e salários, infraestrutura de sustentação de um programa verdadeiramente ousado etc.), basta apenas contratar uma formação continuada básica e deixar vigorando na caduquice a tradição de sempre (um professor isolado para cada turma de 25 a 35 alunos). O grande problema é que só se percebem os resultados negativos tardiamente, oito, nove, dez anos depois, pois, em geral, durante o processo as avaliações nacionais espremem os dados para tirar resultados positivos mesmo que estes sejam irrelevantes.

Conforme mostramos no início deste texto, os diferentes grupos que toda professora encontra ao fazer a avaliação inicial do primeiro ano, demandam uma reestruturação do modelo de trabalho. O atual modelo (uma

⁵ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000200004&script=sci_abstract&tlng=pt

professora, isolada para cada turma de 25 a 30 alunos) era adequado para a escola competitiva, que reprovava e encaminhava à evasão boa parte da turma. Com a entrada do regime de ciclo, conseguiu-se baixar os altos índices de reprovação, mas piorou muito a qualidade do fluxo. Como sabemos, por volta de 50% dos alunos não adquirem leitura suficiente para prosseguir seus estudos após terminar o Fundamental I, ou seja, o mesmo índice de reprovação + evasão que se tinha antes. Neste ponto discursivo reside outro truque dos defensores do Método Fônico, costumam dizer que os países adiantados que resolveram seus problemas adotaram o MF, quando, na verdade, o que fizeram foi uma reestruturação geral do sistema de ensino e, na alfabetização, incluíram o trabalho com fonemas, letras, sílabas etc. Muito diferente do que adotar exclusivamente um método.

Nossa pesquisa mostrou (Belintane, 2017) que, para de fato implementarmos um regime de ciclos que consiga evitar altos índices de reprovação e ao mesmo tempo cuidar da qualidade durante o fluxo, seria preciso mexer na estrutura de trabalho e na infraestrutura básica de atendimento. Seria necessário, por exemplo, mais profissionais (de preferência com boa especialização em alfabetização e leitura) para cuidar dos grupos que vão entrando em defasagem, ou dos que têm potencial, mas vão se estagnando na média baixa. Constituir equipes de trabalho a partir das demandas reais, valorizar a responsabilização coletiva – por exemplo, se o ciclo I vai até o terceiro ano, cada turma de alunos estaria integrada a um trabalho verdadeiramente coletivo, evitando que as professoras tenham que assumir responsabilidades isoladas com suas turmas. Um recorte assim permite reagrupamentos de turmas (RGTs), de acordo com objetivos atingidos e não atingidos nas avaliações feitas pela equipe. Nas Escolas de Aplicação da USP (São Paulo) e da UFPA (Belém), criamos RGTs temporários e específicos para objetivos bem focados, por exemplo, alunos que não dominavam sílabas complexas constituíam turmas provisórias (durante duas semanas), ao lado de outras turmas que, por exemplo, estavam acelerando a leitura. Em resumo, alunos do primeiro, do segundo e do terceiro ano, de várias turmas, assumiam coletivamente o desafio de resolver as dificuldades que lhes eram pertinentes naquele momento. Os reagrupamentos não se classificavam por ano ou turma, mas

por objetivos avaliados, atingidos ou não. Em pouco tempo, grupos de alunos se livravam de incômodos insuportáveis, por exemplo, o de não compreender como se leem sílabas complexas (ch, lh, nh, cl, pr, bl etc.) e voltavam para a turma mais leves, mais engajados, mais dentro das possibilidades de serem escolarizados ou de se considerarem possíveis bons leitores. E nós, na retaguarda, criávamos materiais específicos para cada RGT, sem restritivismo, apropriados ao que se quer superar no momento.

Qual metodologia ou concepção? Método Fônico? Construtivismo? Nenhuma das duas, sobretudo quando estes se isolam em seus preceitos restritivistas! Aqui se deve levar em conta a língua e a cultura brasileiras, o universo de letramento, a função social da escrita, mas também toda a funcionalidade da articulação entre fonemas, letras, sílabas e palavras – só pra se ter ideia, tínhamos atividades fônicas bem dinâmicas para o aluno entender o modo como a sílaba simples se compõe. Tudo isso aliado a uma boa predisposição para avaliar, diagnosticar e escutar mais detalhadamente cada aluno. Ter a oralidade (que é o recurso mais acessível ao aluno) como ponto de partida (contação de histórias, jogos lúdicos com palavras e outros elementos menores da língua, adivinhas etc.), o trabalho coletivo e muitas outras descobertas que surgem quando se está ao vivo e aberto em salas de aulas reais. Costumo ensinar aos meus alunos da universidade que, para além de técnicas e métodos, está a boa relação, aquela capaz de engajar subjetividades – aquela postura a que chamo “ponto de giro” (Belintane, 2017).

Retomando as concepções existentes: poderia ser a sociointeracionista? Poderíamos retomar Paulo Freire, Montessori, Emília Ferreiro, Psicanálise e Educação, os conceitos de letramento etc.? Sim!

Isso é ecletismo!? Se quiserem chamar assim, fiquem à vontade, mas o importante para todos é que as formações de cada um sejam muito bem-vindas e aprendam a conviver pra além de suas restrições. **Uma das maiores virtudes em alfabetização é descobrir logo que a teoria que você aprendeu na academia faz água.** Toda teoria é insuficiente diante da complexidade da realidade. Mesmo que elas tenham berço de ouro, se respaldem nas mais adiantadas descobertas científicas (talvez, essas sejam as piores!). As teorias restritivistas escondem seus problemas e acabam

culpando o aluno e sua família por suas próprias falhas ou insuficiências. Então, o importante é o trabalho coletivo e a predisposição para admitir falhas em suas metodologias ou concepções e buscar soluções em quaisquer outras. Talvez um dia a gente chegue à conclusão de que educação é o que se faz dentro da escola, ao vivo, aprendendo com as demandas que surgem, o resto é filiação teórica, que é boa e absolutamente necessária, mas que, quando na labuta coletiva, tem que baixar a bola e dar espaço às soluções mais apropriadas ao momento e ao caso.

Claudemir Belintane, professor de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e de Alfabetização na Faculdade de Educação da USP. Autor de "Oralidade e Alfabetização: uma nova abordagem do letramento" – Editora Cortez, 2013) e "Da corporalidade lúdica à leitura significativa: subsídios para a formação de professores". Editora Scortecci, 2017.